

A DINÂMICA DA OCUPAÇÃO DIFERENCIAL DOS
MUNICÍPIOS DO ENTORNO DE BRASÍLIA

Marília Luiza Peluso de Oliveira*
Catherine Aubertin**

Introdução

Pretendemos, neste artigo, apresentar as hipóteses e linhas de reflexão de um trabalho em fase de elaboração, realizado dentro de convênio UnB/CNPq/ORSTOM e que abrange os municípios do entorno de Brasília. Até o presente momento, as pesquisas visaram reconhecer o território e estabelecer os principais problemas com que se defronta o espaço criado ao redor da capital federal.

Foram visitados os municípios de Formosa, Planaltina, Goiás (Brasilinha), Luziânia, Cristalina, Alexânia, Padre Bernardo e Santo Antonio do Descoberto, sendo efetuadas entrevistas nas prefeituras e órgãos da administração estadual e federal para atingir os objetivos propostos, quais sejam: perceber as transformações ocorridas e os problemas daí resultantes.

As preocupações do presente trabalho são antigas e

* Professora do Departamento de Geografia da UnB e membro do NEUR

** Técnica do ORSTOM e estagiária do Departamento de Geografia da UnB.

resultam de pesquisas realizadas nos dois últimos anos na fronteira agrícola do Centro-Oeste e procura estabelecer como, em pontos determinados de uma região tão vasta, ocorreu a ocupação humana e econômica, em aspectos diversificados e originais do movimento geral de expansão capitalista brasileiro.

A produção do espaço limítrofe do Distrito Federal inclui processos muito diferenciados. Tanto ocorre a oferta de moradia, em loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, para mais de dois milhões de pessoas, quanto uma generalizada modernização do campo, a manutenção de formas agrícolas tradicionais e a criação de centros de lazer. Em conjunto, estes processos conduzem à especulação fundiária, a urbanização acelerada, à falta de condições mínimas de reprodução de força de trabalho e ao acúmulo de pobreza.

Problemas da Área da Pesquisa

Detalhando a pesquisa que está sendo realizada nos municípios vizinhos, nosso interesse está voltado em perceber tanto a expansão urbana de Brasília, quanto as modificações que não tem o Distrito Federal como centro propulsor, mas resultam, assim como a transferência da capital do país, do movimento de socialização capitalista do espaço em áreas rurais.

A expansão urbana de Brasília para fora do Distrito Federal levou a grandes modificações do entorno próximo, concretamente traduzido na mudança de uso das terras, de agricultura e pecuária extensivas para moradias e chácaras de recreio. A situação criada em todos os municípios limítrofes é surpreendente. Os lotes colocados à venda poderiam, à razão de uma família de cinco pessoas por lote, abrigar mais de duas vezes a população do Distrito Federal, apesar de contarem atualmente apenas 549.000 pessoas.

Em 1986, a CODEPLAN estimou o número de lotes da seguinte maneira:

- 350.000 no município de Luziânia (excluindo o nú

cleo urbano da cidade de Luziânia;

- 100.000 no município de Planaltina;
- 100.000 no município de Formosa;
- 100.000 no município de Cristalina; e
- 20.000 no município de Padre Bernardo.

Os outros municípios contam entre 15.000 e 20.000 lotes, com exceção de Corumbá de Goiás, que possui modestamente, apenas, 5.000. Alguns destes lotes se destinam às atividades rurais em áreas inferiores a 50ha, mas a grande maioria é formada por lotes urbanos.

As populações que se instalaram neste espaço habitacional são extremamente pobres e não se encontram em condições de pagar impostos ou quaisquer taxas de melhorias que propiciam, por parte das autoridades locais, uma planificação dos lugares em que vivem. Desta maneira, as áreas são carentes de serviços públicos e privados em matéria de saúde, educação e transporte, bem como de serviços coletivos de água, esgotos, eletricidade, malha viária, etc.

O impacto das modificações que resultam do movimento atual de socialização capitalista em áreas rurais se evidencia na empresa agrícola em suas várias formas. Assim, encontramos na região do entorno: propriedades de agricultores sulistas, que usam técnicas modernas de produção agropecuária; empresas urbanas, que expandem suas atividades para áreas rurais; cooperativas agropecuárias, que loteiam glebas de terras, instalam e financiam os colonos, determinam os produtos a serem plantados, compram e comercializam o produto final (estamos aqui frente a trabalhadores agrícolas assalariados, apesar de donos de seus meios de produção).

As empresas agrícolas se instalam em espaços rurais ainda voltados para a pecuária extensiva ou agricultura de sobrevivência. Se não ocupam a maior parte da área dos municipios, comandam o processo de socialização do espaço e, de certa maneira, dirigem as ações das prefeituras envolvidas, no sentido de propiciar-lhes as condições ótimas de implantação,

como, por exemplo, estradas ou força de trabalho. De outro lado, porém, como se instalam como parte de um processo originado fora de região, tornam as prefeituras extremamente frágeis em suas possibilidades de planejamento, pois, virtualmente, passam ao largo desta instância decisória.

O rumo do desenvolvimento dos municípios vizinhos, articulado ao desenvolvimento do Distrito Federal e de outras áreas do país, faz com que eles passem a abrigar dentro deles dois espaços conflitantes: um, urbano, com centro focal em Brasília, resultado da expulsão dos moradores mais pobres, território problemático e carente; o outro, rural, considerado a salvação dos municípios, dedicado principalmente à produção da soja. Assim, por exemplo, em Luziânia, desde 1986, as rendas do ICM devido à soja são superiores ao IPTU cobrados dos 350.000 lotes cadastrados pela prefeitura.

Estes espaços são conflitantes na medida em que disputam os recursos municipais e, também, na medida em que dificilmente a área urbana é força de trabalho para as atividades rurais, pois Brasília é o lugar de trabalho desses migrantes.

A proposta de trabalho

Para estudar e compreender os problemas mencionados acima, nossa proposta de trabalho será partir de Brasília e estudá-la em seus dois ângulos, o regional e o urbano.

Quanto ao ângulo regional, devemos lembrar que a Capital federal foi pensada como pólo de desenvolvimento, como instrumento da socialização do espaço, mas instrumento mantido, de certa maneira, fora do processo. Seria um pólo modernizador, que se modernizaria apenas dentro dele mesmo, pois como projeto urbano sua função foi determinada como administrativa e não como industrial.

Como hipótese, esta seria a primeira contradição gerada pela nova capital, fixando-se como expulsora de população, pois não seria necessária força de trabalho numerosa pa

ra as atividades administrativas propostas. Esta contradição se reforça quando Brasília se torna num projeto de moradia para a classe média e a tecnoburocracia, pois a valorização e a elitização da terra urbana traz implícita a impossibilidade dos mais pobres fazerem parte de um mercado imobiliário sem ajuda do Estado. A situação se agrava quando o Estado age como empreendedor privado, como é o caso da TERRACAP, empresa imobiliária estatal do Distrito Federal.

Num primeiro momento, a contradição acima articula Brasília aos municípios do entorno, todos loteados para receber a população expulsa. Neste caso, o interesse do estudo volta-se para compreender as condições de ocupação da terra urbana como uma componente da dinâmica que permite aos migrantes inserirem-se no processo de crescimento da cidade.

A compreensão do processo de ocupação urbana de Brasília e dos municípios vizinhos passa pela mediação da terra-mercadoria num espaço organizado por uma sociedade de classes, que determina um espaço-poder, resultado de múltiplas articulações e que precisam ser desvendadas caso a caso. São elas que constroem a ocupação de terra e condicionam a inserção dos migrantes nas cidades, em loteamentos ou conjuntos habitacionais.

Entretanto, como Brasília criou as condições para a socialização do espaço, com a construção de estradas, meios de comunicação modernos etc., e os municípios limítrofes passam a abrigar uma agricultura capitalizada, podemos levantar a segunda hipótese de trabalho, sob a forma de pergunta: quem gere o espaço criado e de que maneira?

Abrimos aqui um parêntese para indicar o que entendemos por gestão. Trata-se da imbricação do público e do privado nas mãos das classes dominantes e classes associadas. Resulta na administração contraditória das formas de consumo socializadas e das atividades produtivas, pois ambas, em muitos casos, são realizados pelos mesmos indivíduos. As ações da

gestão fazem-se no sentido de manter ou criar uma base produtiva, de acordo com as várias fases de articulação dos espaços às áreas dinâmicas do sistema capitalista nacional e internacional; implicam em reter ou captar a força de trabalho, quando a mesma é necessária ou de expulsá-la, em caso contrário; melhorar o processo de extração do excedente, etc. Compreende uma variedade de formas, tais como: promoção do acesso à terra urbana e rural; controle dos meios de produção e direcionamento dos bens produzidos; monopólio da comercialização; controle dos órgãos governamentais, etc. As ações são contraditórias porque trazem para a esfera das políticas públicas, práticas destinadas a agilizar a apropriação privada do produto social, de maneira a permitir o funcionamento rápido do ciclo do capital.

No caso da área de estudo, a questão é saber se as prefeituras locais têm condições de realizar a gestão, pois em alguns casos elas mal se organizaram como órgãos administrativos. Se as prefeituras gerem o espaço urbano formado em seu território, o espaço rural moderno praticamente se organiza sem que elas intervenham, por intermédio de compras e vendas efetuadas fora de sua competência e por decisões sobre a produção tomadas em outras esferas e por agentes estranhos à região. É de supor, portanto, que a gestão do rural se faça de fora dos municípios e se imponha a eles.

As pesquisas a serem realizadas se farão no sentido de verificar como ocorrem as articulações interurbanas (Brasília/entorno/outras regiões brasileiras) e intraurbanas, envolvendo a gestão da maneira como a especificamos e desvendando seus agentes e a maneira como produzem os espaços urbanos e rurais.

Conclusão

Frente a processos são importantes e vastos, como a criação dos arredores de uma capital capaz de abrigar dois milhões de pessoas, a modernização generalizada do campo e a especulação fundiária, as pesquisas até agora efetuadas sugere

rem que cada município do entorno reagiu de maneira bem diferente e hoje cada um deles oferece uma fisionomia bastante original e diversificada.

Nossa preocupação é salientar as explicações desta dinâmica diferencial, identificando os agentes que intervierem, bem como o conjunto de elementos que contribuíram para a formação urbana e regional.

O peso de processos pré-existentes (históricos, políticos e sociais) e da realidade física do território tornam possível a atuação de forças que se acomodam, recusam e reinterpretam o desenvolvimento capitalista e, a partir daí, tomam possível a nova organização do campo e da cidade.

Bibliografia

AUBERTIN, Catherine (1987). Peri-urbanização e expansão agrícola no entorno de Brasília. Apresentação no Work-Shop: "A formação das cidades na fronteira". PUR/UFRJ, 6-8 de maio de 1987.

OLIVEIRA, Marília Peluso de (1984). Brasília: Desenvolvimento Pontual e Desenvolvimento Regional. Intervenção no Simpósio BRASÍLIA: CONCEPÇÃO-REALIDADE-DESTINO, Brasília, outubro de 1984.

(1987). Cidade e Gestão na fronteira agrícola. Apresentação no Work-Shop: A formação das cidades na fronteira. PUR/UFRJ, 6-8 de maio de 1987.

Textos de Pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais

Aldo Paviani - Organizador

Catherine Aubertin

Ignez Costa Barbosa Ferreira

Luiz de Pinedo Quinto Junior

Luiza Naomi Iwakami

Marília Luiza Peluso de Oliveira

Neio Campos

EDITORA



UnB

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS

PROED

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS - NEUR/UnB

Texto nº 013 GEA.001

TEXTOS DE PESQUISA DO NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Aldo Paviani

Catherine Aubertin

Ignez Costa Barbosa Ferreira

Luiz de Pinedo Quinto Junior

Luiza Naomi Iwakami

Marília Luiza Peluso de Oliveira

Neio Campos

Edição Preliminar

Brasília - Março 1988

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA